



PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA  
DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL

Fls. \_\_\_\_\_  
SSA/BA

PROCESSO Nº: 240-90.2015.4.01.3300

CLASSE: 9200 – AÇÃO CAUTELAR

REQUERENTE: UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

REQUERIDO: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

SENTENÇA TIPO “A”

SENTENÇA

Trata-se da ação cautelar ajuizada pela **UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR** em face da **UNIÃO FEDERAL ( FAZENDA NACIONAL)**, objetivando para “ *Aceitar o bem oferecido como caução em garantia da totalidade do crédito tributário apontado como devido pela requerida, com a concessão da liminar suspensiva da exigência dos débitos e que seja determinado à requerida que proceda à imediata expedição de Certidão Previdenciária – Positiva com Efeitos de Negativa no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, em favor da requerente*”

Relatou, em síntese, que é uma instituição de ensino superior com registro no Ministério da Educação desde o ano de 1961 e conta com uma equipe de 980 professores e 770 funcionários, oferecendo ao corpo discente de aproximadamente 12 mil alunos 26 cursos de graduação.

Informou que possui diversos débitos fiscais que com as penalidades aplicadas alcançam o montante de R\$ 640.000.000,00( seiscientos e quarenta milhões de reais consubstanciados em 16 autos de infração e 52 notificações fiscais de lançamento, existindo outros, onde ainda não foram ajuizadas execuções fiscais ( 04 processos administrativos em trâmite na



PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA  
DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL

Fls. \_\_\_\_\_  
SSA/BA

Receita Federal do Brasil), o que a impede de tomar empréstimos, negociar suas dívidas, obter financiamentos, participar dos novos projetos disponibilizados em áreas afetas à sua atuação, aderir e obter recursos de programas do governo municipal, estadual, federal e do exterior, abrir novos cursos, dentre outros, alcançando prejuízos de difícil e incerta reparação.

Relacionou diversos repertórios jurisprudenciais que sustentam seu pleito.

Requer a suspensão da exigibilidade do crédito e, por consequência, a emissão de certidão positiva com efeito de negativa em seu favor.

Instruiu a inicial com procuração e documentos de fls. 23/88.

Este Juízo deferiu parcialmente o pleito liminar ( fls. 100/108).

Contestação apresentada pela União. Na oportunidade, pugnou pela improcedência dos pedidos ( fls. 116/118).

Embargos de Declaração apresentados pela União ( fls. 119/121).

Decisão proferida por este Juízo ( fls. 123).

A requerente, às fls. 290/302 apresentou petição e documentos referentes à situação cadastral do imóvel indicado em caução.

Às fls. 304/395, a requerente apresentou cópia das petições apresentadas em todas as Varas de Execução Fiscal indicando o imóvel para garantia integral dos créditos tributários.

A requerente, às fls. 409/431, apresentou nova petição com o objetivo de antecipar, liminarmente, a garantia dos seus débitos, a fim de obter a certidão de regularidade fiscal, mediante a oferta do imóvel.

Este Juízo, às fls. 691/697, proferiu decisão reconhecendo que a garantia oferecida incidirá sobre todos os créditos tributários ou não pendentes de acerto nas indicações administrativas e deferiu o pleito liminar.

A União, às fls. 700, apresentou comprovante de interposição de agravo de instrumento.



PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA  
DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL

Fls. \_\_\_\_\_  
SSA/BA

A requerente, às fls. 819/820, requereu a retirada das anotações relacionadas à arrolamentos administrativos relativos aos bens registrados sob as matrículas 39426, 5918, 27559214 e 49889.

Ofício da 24ª Vara solicitando a efetivação de penhora no rosto dos autos. (fls. 825).

Manifestação da União ( fls. 831/831v).

Vieram-me os autos conclusos.

**É o relatório. Passo a decidir.**

Inicialmente, cabe a apreciação a respeito do quanto requerido pela autora às fls. 819/820.

Pretende a requerente a retirada das anotações alusivas a arrolamento administrativo sobre outros bens de sua propriedade.

Da análise da petição inicial e da petição de fls. 409, infere-se claramente qual o objeto da presente ação cautelar, qual seja, caucionar todos os débitos da parte autora tanto os registrados na Receita Federal do Brasil quanto os já inscritos em dívida ativa a cargo da Procuradoria da Fazenda Nacional.

Este Juízo inclusive já se manifestou a respeito nos presentes autos quando proferiu a decisão liminar às fls. 691/697 onde se reconheceu que a postulação de oferecimento da garantia incidirá sobre todos os créditos tributários seja na esfera administrativa quanto os que já são objeto de processo executivo fiscal.

Conforme destacado na referida decisão, o art. 322 do CPC permite uma interpretação sistemática dos pleitos das partes, assim deve o magistrado não ficar restrito apenas ao capítulo destinado aos pedidos, mas compreendê-los à luz do postulado como um todo.

É importante destacar que embora não se imponha formalismo para que o pedido seja expresso e em determinado ponto da petição, é preceito de que a parte deverá observar o *princípio da boa-fé*. Na hipótese dos autos não





resta dúvida da boa-fé na medida que no corpo da inicial a autora faz menção a todos os débitos que mantém com a requerida. Sobre o tema colaciono o seguinte excerto jurisprudencial:

**ADMINISTRATIVO. REMESSA OFICIAL. VALOR CONDENAÇÃO INFERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. CANCELAMENTO DO CADASTRO DE IMÓVEL RURAL. PROTOCOLO ADMINISTRATIVO SEM RESPOSTA DA AUTARQUIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022, DO NOVO CPC. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1 - Reconhece-se haver obscuridade, contradição, omissão de ponto ou questão sobre a qual deveria ter se pronunciado o tribunal de ofício ou a requerimento, ou ainda erro material (art. 1.022, do NCPC). 2 - Não há infringência ao art. 333 do CPC/1973 (art. 373 do novo CPC). A autora juntou autos protocolo no original de requerimento junto a autarquia. Qualquer ilegitimidade neste documento não pode ser atribuída à parte autora, que inúmeras vezes tentou, sem sucesso, obter resposta do seu requerimento. Foi aberto prazo nestes autos para que autarquia apresentasse o procedimento administrativo, mas nada foi juntado. Não existe a contradição alegada. 3 - O pagamento do ITR só foi efetuado pela autora porque a autarquia não providenciou o cancelamento e a baixa do certificado do imóvel rural. É incontroverso o dano material consubstanciado na restituição dos valores pagos indevidamente. Não se trata de restituição do indébito, pois não se pode dizer ter havido erro na identificação do sujeito passivo, o que justifica o ressarcimento a título de danos materiais. 4- Nos termos do art. 322, § 2º, do Novo CPC, o pedido não é só o que está no final. A petição deve ser apreciada em todo o seu conteúdo, isto é, interpreta-se o pedido considerando todo o conjunto da postulação, observando o princípio da boa-fé. 5 - Embargos de Declaração a que se dá parcial provimento, com efeitos apenas integrativos, nos termos da fundamentação.**



PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA  
DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL

Fls. \_\_\_\_\_  
SSA/BA

(AC 00043213120084025101, TRF2, 5ª TURMA ESPECIALIZADA, REL. DES. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO, 01.06.2016).

Desta forma, deve ser acolhido o pleito de fls. 819/820.

É sabido que a ação cautelar visa a resguardar a utilidade e eficácia do processo principal, sendo que, para a concessão da medida acautelatória, faz-se necessária a presença simultânea de dois requisitos: o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

Pretende a autora, por meio de caução de imóvel, garantir as dívidas tributárias e não tributária registradas na Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional, a fim de obter certidão positiva de débito com efeito de negativa.

Quanto ao *fumus boni iuris*, entendo suficientes os argumentos lançados para a procedência dos pedidos.

Dispõe o Código Tributário Nacional, em seu Capítulo III, o seguinte:

*“Art. 205. A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.*

*Parágrafo único. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição.*

***Art. 206. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.”***

Segundo o dispositivo, são três as hipóteses em que a expedição de certidão positiva com efeito de negativa se torna possível: **a)** quando o débito não está vencido; **b)** quando o débito vencido se encontra em curso de cobrança e já restou promovida a penhora de bens, efetivada sobre o crivo do Judiciário; **c)** quando a exigibilidade do crédito tenha sido suspensa – o que remete às hipóteses do artigo 151 do mesmo Diploma Legal (concessão de moratória, depósito do montante integral do débito, interposição de recurso administrativo dotado de efeito suspensivo, concessão de medida liminar ou antecipatória no âmbito do Poder Judiciário ou firmação de acordo de parcelamento da dívida).

A parte promoveu o depósito judicial do tributo que impede de obter certidão positiva com efeitos de negativa ( fls. 135/141). Sendo assim, com fundamento no art. 151, II, do CTN, suspende a exigibilidade do crédito tributário.

O perigo na demora, por sua vez, exsurge dos evidentes prejuízos à autora, decorrentes de entraves a regularidade de sua atividade empresarial pela ausência da mencionada certidão.

A parte autora trouxe elementos que demonstram a difícil situação vivenciada pela Universidade Católica do Salvador. Sem a certidão e com o nome inscrito no CADIN, a instituição passa por diversos entraves que praticamente inviabilizarão seu funcionamento na hipótese de não deferimento do quanto requerido. Entre os prejuízos, destaco:

- a) Impossibilidade de celebrar convênios e receber recursos financeiros do Governo Federal, Estadual e Municipal, visando





- desenvolver programas e projetos educacionais em pesquisa e extensão;
- b) Impossibilidade de celebrar convênios com Hospitais públicos para que os alunos dos cursos de saúde possam fazer estágios curriculares;
  - c) Inviabilidade de celebrar convênios com SEBRAE referentes ao Programa Nacional de Educação Empreendedora;
  - d) Impossibilidade de captação de empréstimos com Bancos de Fomento: Desenhahia, BNDES, Banco do Nordeste;
  - e) Impossibilidade de participar de editais junto ao MEC para abertura de novos cursos de Medicina;
  - f) Pleitear Recursos em Agências de Fomento de pesquisa e inovação;
  - g) Impossibilidade de implantação de estruturas fundamentais na Instituição.

Sobre o tema, destaco o seguinte julgado:

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AÇÃO CAUTELAR. EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA. POSSIBILIDADE.**

1. Possibilidade de aviamento da ação cautelar preparatória, com a finalidade de obter a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, vez que configura mais uma opção ao contribuinte, que poderá utilizar-se de provimento cautelar, com o escopo de assegurar o resultado útil da ação principal, tanto nos autos desta, como via processo cautelar autônomo. 2. Entendimento desta Corte no sentido de que, "O não ajuizamento da ação de execução fiscal impede o devedor de oferecer bens à penhora para garantir a dívida. A propositura de medida cautelar, portanto, constitui meio processual idôneo para, depositado o valor do débito fiscal, suspender a exigibilidade do débito e obter-se a Certidão Positiva com



PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA  
DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL

Fls. \_\_\_\_\_  
SSA/BA

*Efeitos de Negativa, se for o caso. O intuito evidentemente é o de permitir ao devedor desenvolver sua atividade, enquanto não ajuizada a execução fiscal. Ajuizada esta, a discussão da garantia e eventual suspensão da exigibilidade do crédito deve ser discutida nos autos dos embargos à execução..." (AC 2002.01.00.036572-3/BA, Rel. Juiz Federal Osmane Antonio dos Santos (conv.), Oitava Turma, e-DJF1 p.344 de 22/01/2010). 3. No que tange especificamente à garantia de bens imóveis para fins de obtenção de CPD-EN, a jurisprudência desta e. Corte consolidou-se no sentido da possibilidade de tal garantia, ante a ausência de justificativa plausível para sua recusa pelo Fisco, não podendo servir de fundamento a simples alegação de que os bens são de difícil alienação. 4. "No caso dos autos, em sendo oferecida caução idônea de bens móveis para garantir o débito e ante a ausência de justificativa plausível para sua recusa pelo Fisco, ela deve ser aceita e expedida a correspondente CPD-EN, se esse for o único empecilho à emissão da aludida certidão e tendo em vista que a simples alegação de que os bens são de difícil alienação não pode servir de fundamento para a recusa." (EDAGA 0038397-46.2012.4.01.0000 / MA, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY VILANOVA, Rel. Acor. JUIZ FEDERAL CLODOMIR SEBASTIÃO REIS (CONV.), OITAVA TURMA, e-DJF1 p.763 de 19/04/2013).*

Da análise dos documentos adunados às fls. 290/302, constata-se que o imóvel oferecido em garantia é de propriedade da requerente, sendo suficiente para a garantia do débitos da requerente.

Cumpra ainda destacar que, mesmo existindo conexão entre esta ação e as execuções fiscais multireferidas nos demonstrativos apresentados, não é possível a reunião destas porque isto implicaria alteração de competência absoluta, já que nos termos do art. 363, I, do Provimento Geral



Unificado do TRF 1ª Região a competência da Vara de Execuções é “*para processar e julgar as execuções para cobrança de dívida ativa da Fazenda Pública Federal, tributária e não tributária, sujeitas ao procedimento da Lei n. 6.830/80, além das demais execuções de títulos extrajudiciais*”.

Ademais, o Provimento nº 117/2005 da Corregedoria Geral da 1ª Região (texto atualizado com o Provimento COGER nº 65):

*“Art. 3º. A propositura de mandado de segurança, de ação anulatória negativa de débito, ação anulatória de débito fiscal ou de medida cautelar inominada, cujo processamento é de competência das Varas Federais não especializadas, não inibe a correspondente execução; porém, incumbe-se o respectivo Juízo de comunicar a existência daquelas ações, e das decisões nelas proferidas, ao Juízo de execução ativa ao mesmo título executivo, para proceder como entender de direito”.*

Ante o exposto, JULGUEI **PROCEDENTE O PEDIDO** recebendo como garantia da dívida tributária e não tributárias relacionadas às fls. 127/128 e 789/790 o imóvel descrito às fls. 330/302, de propriedade da requerente para **DETERMINAR** que a ré expeda a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPD-EN) em favor da autora, desde que a dívidas indicada na inicial sejam o único óbice à expedição da mencionada certidão.

Deve ainda explicar o nome da autora do CADIN, desde que o registro tenha se originado por conta dos débitos referidos.

**Oficiem-se aos Cartórios do 1º e 5º Ofício de Registro de Imóveis, requisitando a extração das anotações restritivas relativas aos bens registrados sob as matrículas de nº 39406, 5918, 2755, 9214 e 49889.**



PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA  
DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL

Fls. \_\_\_\_\_  
SSA/BA

**Anote-se a penhora no rosto dos autos, nos termos e limites solicitados pelo Juízo da 24ª Vara de Execução Fiscal ( fls. 825).  
Comunique ao referido Juízo.**


Encaminhem cópias da presente sentença às Varas de Execução Fiscal que tramitam os feitos executivos noticiados nos autos.

Honorários pela parte ré, os quais arbitro em 10% do valor atualizado da causa.

Sem custas, nos termos do art. 4º, inc. I da Lei 9.289/96.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Salvador, 17/03/2017

  
**ÁVIO MOZAR JOSÉ FERRAZ DE NOVAES**  
*Juiz Federal*